



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI

Município: SANTA MARIA DO SUAÇUI/MG



Sumário

I - DADOS BÁSICOS	3
II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES	3
III - INTRODUÇÃO	3
IV - METODOLOGIA	4
V - CONSTATAÇÕES	7
Tópico: Componente Municipal de Auditoria	7
Tópico: Serviço Controle Regulação e Avaliação	8
Tópico: Fundo Municipal de Saúde	21
Tópico: Instrumentos de Gestão	27
VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO	31
VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO	31
VIII - CONCLUSÃO	32





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Programada

Entidade Responsável: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI

CPF/CNPJ: 18.409.219/0001-04

Município/UF: SANTA MARIA DO SUAÇUI-MG

Unidade Visitada: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI

CPF/CNPJ: 18.409.219/0001-04

Município/UF: SANTA MARIA DO SUAÇUI/MG

Demandante: Componente Estadual do SNA

Forma: Direta

Objeto: Gestão

Abrangência: 01/2023 a 04/2024

Gestão do Prestador: Plena

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	23/02/2024	12/04/2024
Execução - In loco	15/04/2024	19/04/2024
Relatório	22/04/2024	02/05/2024

Tarefa Nº: 150099

Natureza da Entidade: Municipal

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

III - INTRODUÇÃO

III.1 - FATOR DESENCADEANTE

Trata-se de ação de Auditoria Programada em atendimento ao Plano Anual de Auditoria de 2024 que propõe a realização de auditoria nos municípios que assumiram a gestão de seus prestadores, verificando o atendimento às responsabilidades sanitárias dispostas no Anexo III da Resolução de Consolidação CIT nº 1, de 30 de março de 2021, bem como nas demais normativas aplicáveis.

III.2 - OBJETIVO E ESCOPO



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Avaliar se o município, que assumiu a gestão dos seus prestadores, está organizado quanto à implantação e operacionalização do Componente Municipal de Auditoria; implantação e operacionalização do Serviço Municipal de Controle, Avaliação e Regulação; estruturação legal do Fundo Municipal de Saúde; regularidade do processo de formalização de Contratos e Convênios com os prestadores assistenciais hospitalares localizados na sede do município auditado e a regularidade na apresentação dos Instrumentos de Gestão do SUS. O período de abrangência desta auditoria é referente Janeiro/2023 a Abril/2024.

III.3 - CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DA AUDITORIA

O município Santa Maria do Suaçuí/MG assumiu a gestão dos seus prestadores, por meio da Declaração de Comando Único instituído pela Deliberação CIB nº 3581 de 21 de outubro de 2021, com efeitos financeiros a partir de fevereiro/2022.

O Município de Santa Maria do Suaçuí/MG situa-se na região leste do Estado de Minas Gerais, a 360 km de distância da capital Belo Horizonte. Localiza-se na Macrorregião de Saúde Leste e na Microrregião Tripolar Peçanha/São João Evangelista/Santa Maria do Suaçuí (Fonte: Ajuste do Plano Diretor de Regionalização – 2023/SUS-MG). Segundo dados do Censo de 2022, sua população é de 12.788 habitantes, sendo essa população distribuída por uma área de 624,047 km² (IBGE/2022). O PIB per capita é de R\$ 11.695,78 (IBGE: 2021) e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,640 (IBGE:2010), o que situa esse Município na faixa de desenvolvimento humano médio (Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil/2013).

O Município possui 09 unidades de saúde cadastradas sob gestão municipal e que constituem a rede pública de saúde, entre as quais se destaca a presença de: 05 postos de saúde, 01 centro de saúde, 01 Laboratório Municipal, 01 clínica odontológica.

O município Santa Maria do Suaçuí/MG possui 01 (um) prestador hospitalar do SUS em sua sede, sendo ele: Hospital Santa Maria Eterna – CNPJ 20.974.770/0001-42 e CNES 2103990. O município também não realiza produção ambulatorial por APAC conforme consulta ao TABNET referente ao período da abrangência (Janeiro/2023 a Abril/2024).

O Hospital Santa Maria Eterna é uma organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos e é o único hospital da sede com parceria firmada com o SUS. Possui 41 leitos cadastrados no CNES, sendo sua totalidade disponibilizada ao SUS. Esses leitos estão distribuídos nas seguintes especialidades: 25 leitos clínico geral, 05 leitos clínica cirúrgica, 06 leitos obstetrícia e 05 leitos pediatria. Para complementação da rede de serviços de saúde o município encaminha pacientes para os municípios de Governador Valadares e Belo Horizonte.

IV - METODOLOGIA

A seleção e análise das temáticas da Auditoria Programada em municípios que assumiram a gestão de seus prestadores, seguirá as seguintes diretrizes metodológicas:

§ Quanto ao Componente Municipal de Auditoria e ao Serviço Municipal de Controle, Avaliação e Regulação, será verificado a regularidade em relação a implantação e operacionalização dos serviços.

§ Quanto ao Fundo Municipal de Saúde não será contemplado a análise em relação aos recursos financeiros da contrapartida municipal, não sendo objeto de análise a verificação da regularidade das movimentações e execução de despesa.

§ Quanto ao Contratos e Convênios não será contemplado a análise em relação aos processos licitatórios e contratos com prestadores não sediados no município auditado. A opção de legislação será determinada de acordo com a regência dos Contratos Firmados, conforme data de assinatura destes (Lei nº 14.133/2021 ou Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 10.520/2002, e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462/2011). Não será contemplado a análise em relação aos processos licitatórios e contratos com prestadores não sediados no município auditado.

§ Quanto aos Instrumentos de Gestão do SUS, será verificado a formalização dos mesmos, sendo restrito a análise às formalidades de elaboração, registrados/elaborados no Sistema DIGISUS e encaminhados ao Conselho Municipal de Saúde e/ou Casa Legislativa. Não será contemplado a avaliação em relação a regularidade do conteúdo técnico e estrutural dos instrumentos, tampouco com a compatibilidade com os instrumentos de planejamento orçamentário e financeiro do município.

IV.1 - Fase Analítica:

- Análise do processo principal desta auditoria - SEI nº 1320.01.0013930/2024-45;

- Análise do processo da pasta de papéis de trabalho desta auditoria - SEI 1320.01.0013949/2024-17;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- Verificação da Matriz de Planejamento de Auditoria;
 - Levantamento e estudo das legislações referentes ao município auditado e aos objetos de auditoria, principalmente, as que constam nos critérios da matriz de análise de informações de auditoria;
 - Análise de relatórios extraídos do CNES, referentes ao Município de Santa Maria do Suaçuí, acessados em 10/04/2023;
 - Análise de Relatórios da PPI assistencial do Município de Santa Maria do Suaçuí, disponíveis no site: <http://ppiassistencial.saude.mg.gov.br/consultappi>;
 - Análise do Relatório do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil/Santa Maria do Suaçuí/2013;
 - Elaboração do cronograma fase analítica e fase operativa de auditoria;
 - Envio do Ofício SES/AUDSUS nº 108, de 11 de março de 2024, de comunicação de auditoria e solicitação dos seguintes documentos à SMS de Santa Maria do Suaçuí: *Os três meses selecionados como amostra para essa auditoria são: 1 – Maio/2023, 2 – Outubro/2023 e 3 – Fevereiro/2024
1. Ato legal de criação do Componente Municipal de Auditoria;
 2. Regulamento e/ou protocolo de atuação do Componente Municipal de Auditoria;
 3. Organograma da SMS;
 4. Ato(s) de designação e/ou nomeação do(s) profissional(is) auditores;
 5. Registros das ações realizadas, incluindo Relatórios de Auditoria, Relatórios de Visitas, Pareceres Técnicos e/ou outros;
 6. Inventário da estrutura (mobiliários e equipamentos) do setor de Auditoria;
 7. Expedientes emitidos com o encaminhamento do relatório concedendo a oportunidade de manifestação do auditado frente o Relatório de Auditoria;
 8. Expedientes emitidos com o encaminhamento de relatório/resultados de auditoria aos órgãos de controle interno e externo.
 9. Protocolos de Regulação do Acesso implantados no município;
 10. Documentos que comprovem a elaboração, discussão, aprovação, divulgação e capacitação dos servidores do SCRA e dos profissionais das unidades de saúde em relação aos protocolos de Regulação de Acesso;
 11. Documentos que comprovem que as equipes de Regulação, Controle e Avaliação são capacitadas de forma permanente (cronogramas de capacitação, materiais didáticos, listas de presença, certificados, etc.);
 12. Documentos que comprovem que as equipes de Regulação, Controle e Avaliação capacitam os profissionais das unidades de saúde de forma permanente (cronogramas de capacitação, materiais didáticos, listas de presença, certificados, etc.);
 13. Agendas/planilhas de marcação de procedimentos ambulatoriais (consultas e exames especializados) e hospitalares disponíveis no seu território para população própria, dos três meses selecionados como amostra;
 14. Agendas/planilhas de marcação de procedimentos ambulatoriais (consultas e exames especializados) e hospitalares disponibilizados em outros municípios (municípios referenciados a outros municípios), dos três meses selecionados como amostra;
 15. Relatórios de contra referência e Relatórios de Tratamento Fora do Domicílio (TFD), dos três meses selecionados como amostra;
 16. Lista de usuários referenciados por outros municípios, dos três meses selecionados como amostra;
 17. Controle das cotas dos procedimentos especializados que são disponibilizados à população de referência, por município de origem, dos três meses selecionados como amostra;
 18. Atas de reunião da CIB sobre revisão da Programação Pactuada Integrada (PPI) do município;
 19. Relatórios de remanejamento da PPI do município, extraídos do GERASUS;
 20. Documentos técnicos que subsidiem a revisão da PPI (controle de cotas, atas de reuniões da Referência Técnica do SCRA e SMS e outros documentos que comprovem a revisão periódica da PPI);
 21. Lista de Autorizadores de Internações Hospitalares (AIH) e de Procedimentos Ambulatoriais (APAC), com os respectivos vínculos funcionais e nomes dos estabelecimentos os quais os mesmos são responsáveis pelas autorizações;
 22. Ato de designação do(s) profissional(is) responsável(s) pela autorização de AIH e APAC;
 23. Documentos que comprovem a formação dos profissionais autorizadores de AIH e APAC (diploma, declaração de conclusão de curso, registro em Conselho de Classe);
 24. Espelhos de AIH das três últimas competências processadas;
 25. Síntese de Produção de APAC das três últimas competências processadas;
 26. Ato formal de nomeação da(s) Comissão(ões) de Acompanhamento da Contratualização da(s) Unidade(s) Hospitalar(es) contratada(s) pelo município;
 27. Publicação no Diário Oficial (ou equivalente) com a composição da(s) Comissão(ões) de Acompanhamento da Contratualização da(s) Unidade(s) Hospitalar(es) contratada(s) pelo município;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



28. Documentação comprobatória das atividades desenvolvidas pela(s) Comissão(ões) de Acompanhamento da Contratualização da(s) Unidade(s) Hospitalar(es) contratada(s) pelo município (atas, relatórios, planilhas e outros);
29. Ato formal de nomeação da Comissão Municipal Responsável pelo TFD ou de cada profissional para a função;
30. Extratos da conta corrente utilizada para pagamento do TFD e registros de movimentação bancária, dos três meses selecionados como amostra.
31. Lei Municipal que cria o Fundo Municipal de Saúde;
32. Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) dos exercícios de 2023 e 2024;
33. Quadro Demonstrativo da Despesa (QDD) do FMS dos exercícios de 2023 e 2024;
34. Relação das contas correntes do FMS (contendo a especificação de cada conta);
35. Contrato com o banco e/ou outro documento com a identificação da conta da contrapartida municipal (15%), informando a qual CNPJ essa conta está vinculada (se ao CNPJ do FMS ou ao CNPJ da Prefeitura);
36. Extratos bancários da conta corrente de movimentação dos recursos da contrapartida municipal, dos três meses selecionados como amostra;
37. Ato legal de nomeação do atual Gestor Municipal de Saúde;
38. Ato de designação do atual Gestor Municipal de Saúde como ordenador de despesa; 39. Documento que formalize a delegação da ordenação de despesa a subalternos do Gestor Municipal de Saúde dentro da SMS, tais como Portaria ou Deliberação e respectiva publicação oficial;
40. Contratos e/ou convênios formalizados com o(s) prestador(es) de serviço(s) hospitalar(es) vigente(s);
41. Processos licitatórios referentes aos contratos e/ou convênios formalizados com o(s) prestador(es) de serviço(s) hospitalar(es);
42. Ato(s) normativo(s) de designação da comissão de licitação referente(s) ao(s) processos licitatórios e aos contratos e/ou convênios formalizados com o(s) prestador(es) de serviço(s) hospitalar(es) e/ou Ato de designação do Agente de Contratação ou Comissão de contratação conforme requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021 (Art. 8º, § 1º, §2º, §3º).
43. Plano Municipal de Saúde (PMS) 2022-2025;
44. Ofício/E-mail ou outro comprovante de encaminhamento do Plano Municipal de Saúde (PMS) 2022-2025 ao Conselho Municipal de Saúde (CMS);
45. Atas de reuniões do CMS de apreciação/aprovação do PMS;
46. Ato Legal (Resolução, Deliberação, Decreto, Portaria, etc) de aprovação do PMS, pelo CMS;
47. Programação Anual de Saúde (PAS) 2024;
48. Ofício/E-mail ou outro comprovante de encaminhamento da Programação Anual de Saúde (PAS) 2024 ao CMS;
49. Atas de reuniões do CMS de apreciação/aprovação da PAS 2024;
50. Ato legal (Resolução, Deliberação, Decreto, Portaria, etc) de aprovação da PAS 2024, pelo CMS;
51. Relatório Anual de Gestão (RAG) de 2023;
52. Ofício/E-mail ou outro comprovante de encaminhamento do Relatório Anual de Gestão (RAG) de 2023 ao CMS;
53. Atas de reuniões do CMS de apreciação do RAG 2023;
54. Ato legal (Resolução, Deliberação, Decreto, Portaria, etc) com parecer conclusivo sobre o RAG 2023 pelo CMS;
55. Três últimos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs) elaborados no período de 2023/2024;
56. Ofício/E-mail ou outro comprovante de encaminhamento ao CMS dos três últimos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs) elaborados no período de 2023/2024;
57. Atas de reuniões do CMS de apreciação dos três últimos RDQAs;
58. Ofícios de encaminhamento dos três últimos RDQAs à Câmara de Vereadores;
59. Atas de reuniões da Câmara de Vereadores de apresentação dos três últimos RDQAs.

Alguns documentos foram solicitados para disponibilização in loco durante fase operativa para os auditores analisarem:

1. Listas de espera (municípios no próprio território) para procedimentos ambulatoriais e hospitalares;
2. Listas de espera (municípios referenciados a outros municípios) para procedimentos ambulatoriais e hospitalares;
3. Lista de usuários do SUS cadastrados no Tratamento Fora do Domicílio (TFD);
4. Processos de concessão e pagamento de TFD (comprovantes de agendamentos, documentos pessoais, notas de empenho/notas fiscais/comprovantes de atendimento/passagens) dos pacientes cadastrados no TFD que receberam ajuda de custo para transporte, alimentação e hospedagem, dos três meses selecionados como amostra. Fundo Municipal de Saúde (FMS);
5. Notas de Empenhos/processos de todos os pagamentos da Saúde, dos três meses selecionados como amostra.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



IV.2 - Fase Operativa:

A auditoria operativa foi realizada no período de 15 a 19/04/2024. A equipe de auditores da SES-MG apresentou-se na SMS de Santa Maria do Suaçuí às 15h00min do dia 15/04/2024 e realizou reunião de abertura da auditoria, visando explicar o objetivo da auditoria e conferir a documentação solicitada, por meio do Ofício SES/AUDSUS Nº 108/2024, de 11/03/2024 (Comunicação de Auditoria).

Ressalta-se que, como o auditado não conseguiu encaminhar preliminarmente a documentação solicitada na fase analítica, os auditores coletaram toda a documentação fornecida na fase operativa. Entretanto, parte da documentação não foi possível fornecimento devido sua inexistência/extravio na SMS de Santa Maria do Suaçuí, conforme registrado no Termo de Auditoria.

Essa reunião contou com a presença da equipe de auditores, bem como da Secretária Municipal de Saúde (Sra. N.O.A.) e das Enfermeiras Sra. H.G.C.O. (Coordenadora da Vigilância em Saúde) e Sra. I.L.F. (Coordenadora de Atenção Primária) que auxiliam nos trabalhos do SCRA.

Ressalta-se também que em virtude dos achados, procedeu-se à reuniões com a Prefeita Municipal, com o Assessor Jurídico do Município e com o Assessor em Saúde Municipal. As atividades da fase operativa ocorreram na sede da SMS que fica localizado dentro das dependências da Prefeitura Municipal, facilitando os trabalhos em outros departamentos como na Secretaria de Fazenda da Prefeitura Municipal e Procuradoria Municipal.

Tais atividades consistiram na avaliação de documentos (sendo alguns copiados para análises posteriores), reuniões e na realização de oitivas com profissionais da SMS.

A reunião de encerramento dos trabalhos de auditoria ocorreu na sala de reuniões da Prefeitura, no dia 19/04/2024, às 10h00min e contou com a presença da equipe de auditores, da Secretária Municipal de Saúde (Sra. N.O.A.) e da Enfermeira Coordenadora de Vigilância em Saúde, (Sra. H.G.C.O.), onde ficou registrado os andamentos dos trabalhos e ratificado no decorrer do Processo de Auditoria o princípio do acesso à ampla defesa e do contraditório ao auditado.

V - CONSTATAÇÕES

Tópico: Componente Municipal de Auditoria

Grupo: Controles Internos

Constatação Nº: 685309

Subgrupo: Estrutura

Item: Área física

Constatação: Inexistência do Componente Municipal de Auditoria na Secretaria Municipal de Saúde-SMS de Santa Maria do Suaçuí.

Evidência: No organograma da SMS de Santa Maria do Suaçuí apresentado não consta a Auditoria de Saúde, assim como formalização de criação do CMA e Regulamento Interno e/ou Protocolo de atuação do CMA, sendo itens considerados importantes para o efetivo funcionamento do CMA.

Verificou-se também que a SMS não conta com equipe multiprofissional para atuação no CMA, não existindo ato(s) de designação e/ou nomeação de profissional(is) auditor(es).

A SMS de Santa Maria do Suaçuí não conta com a estrutura física e os recursos materiais necessários ao desempenho das atividades de auditoria: espaço de trabalho definido, infraestrutura de informática composta de computadores, acesso à internet e impressora, linha telefônica e meio de transporte.

Além disso, não existem registros de ações de auditorias realizadas, incluindo Relatórios de Auditoria, Relatórios de Visitas, Pareceres Técnicos e/ou outros que demonstrem a atuação efetiva do CMA no Sistema Municipal de Saúde.

Tal fato está em desacordo com a Lei nº 8.689/1993, Artigo 6º, § 2º; com o Decreto nº 1.651/1995, Artigo 1º, Artigo 2º, Artigo 4º, caput e §3º e Artigo 5º, Inciso III; com o Manual: Orientação para Implantação de



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS
Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais
Relatório Consolidado



um Componente do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - Série Auditoria do SUS - Volume 3 Brasília/DF/MS/2014, Capítulo: O que caracteriza um Componente do SNA Estruturado, pág. 28; com o Manual: Auditoria do SUS - Orientações Básicas, MS/2011, Capítulo 4: Requisitos básicos para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria, pag. 35; com o Manual do Sistema de Informação Hospitalar do SUS (SIH-SUS) - item 4.5, pág. 12 - MS/2017, aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º; com o Acórdão nº 1246/2017 - Plenário, do Tribunal de Contas da União - TCU - Data da Sessão: 14/6/2017 - Extraordinária, item 40, pág. 8; com o Modelo das três linhas do IIA 2020 - Uma atualização das três Linhas de Defesa e com a Resolução de Consolidação CIT Nº 1/2021, Anexo III, Item 4.1"q" e "r".

Fonte da Evidência: - Organograma da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Maria do Suaçuí;
- Termo de entrevista da Sra. N.O.A., Secretária Municipal de Saúde de Santa Maria do Suaçuí, de 19/04/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: O Auditado - SMS Santa Maria do Suaçuí - e as pessoas físicas responsabilizáveis à época dos fatos (N.O.A., I.A.S. e I.M.R.), por meio de Ofício SMS/SMS Nº 482/2024, datado de 18 de setembro de 2024, se manifestaram de forma conjunta:

"Demais contatações: em relação às demais constatações não citadas neste documento, a gestão municipal reconhece as falhas e já se encontra em fase de organização interna para sanar as não conformidades".

Análise da Justificativa: Justificativa não acatada.

Auditado não encaminhou documentação comprovando a regularização das inconformidades detectadas.

Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18.409.219/0001-04

Recomendação: Implantar o Componente Municipal de Auditoria no Sistema Municipal de Saúde de Santa Maria do Suaçuí, conforme previsto na Lei nº 8.689/1993, Artigo 6º, § 2º; com o Decreto nº 1.651/1995, Artigo 1º, Artigo 2º, Artigo 4º, caput e §3º e Artigo 5º, Inciso III; com o Manual: Orientação para Implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - Série Auditoria do SUS - Volume 3 Brasília/DF/MS/2014, Capítulo: O que caracteriza um Componente do SNA Estruturado, pág. 28; com o Manual: Auditoria do SUS - Orientações Básicas, MS/2011, Capítulo 4: Requisitos básicos para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria, pag. 35; com o Manual do Sistema de Informação Hospitalar do SUS (SIH-SUS) - item 4.5, pág. 12 - MS/2017, aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º; com o Acórdão nº 1246/2017 - Plenário, do Tribunal de Contas da União - TCU - Data da Sessão: 14/6/2017 - Extraordinária, item 40, pág. 8; com o Modelo das três linhas do IIA 2020 - Uma atualização das três Linhas de Defesa e com a Resolução de Consolidação CIT Nº 1/2021, Anexo III, Item 4.1"q" e "r".

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18.409.219/0001-04

Tópico: Serviço Controle Regulação e Avaliação



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Regulação

Constatação Nº: 685310

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: O município não implantou protocolos de regulação de acesso.

Evidência: Durante a auditoria verificou-se que inexistem protocolos de regulação de acesso no município.

Não foram apresentados documentos que comprovem a sua elaboração, discussão, aprovação e divulgação junto à equipe do Setor de Controle, Regulação e Avaliação- SCRA, bem como junto aos profissionais de saúde do município.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017, anexo XXVI, art. 4º, inciso V, art. 8º, §1, Inciso IV, art. 10, Caput, Inciso VI e no §3º, inciso II e III; Resolução de Consolidação CIT nº 1/2021, anexo III, Item 4.1.f.; Resolução CIB-SUS/MG nº. 8340, de 21/09/2022, art. 2º inciso I e art. 11 e Guia de Governança e Gestão em Saúde - Tribunal de Contas da União, Cap. 4. Gestão Pública em Saúde - Secretarias de Saúde, pág.78, item de controle MAC 4.6.

Fonte da Evidência: - Termo de entrevista da Sra. N.O.A., Secretária Municipal de Saúde de Santa Maria do Suaçuí, de 19/04/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: O Auditado - SMS Santa Maria do Suaçuí - e as pessoas físicas responsabilizáveis à época dos fatos (N.O.A., I.A.S. e I.M.R.), por meio de Ofício SMS/SMS Nº 482/2024, datado de 18 de setembro de 2024, se manifestaram de forma conjunta:

"Demais contatações: em relação às demais constatações não citadas neste documento, a gestão municipal reconhece as falhas e já se encontra em fase de organização internação para sanar as não conformidades".

Análise da Justificativa: Justificativa não acatada.

Auditado não encaminhou documentação comprovando a regularização das inconformidades detectadas.

Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18.409.219/0001-04

Recomendação: Implantar protocolos de regulação de acesso no município, observando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017, anexo XXVI, art. 4º, inciso V, art. 8º, §1, Inciso IV, art. 10, Caput, Inciso VI e no §3º, inciso II e III; Resolução de Consolidação CIT nº 1/2021, anexo III, Item 4.1.f.; Resolução CIB-SUS/MG nº. 8340, de 21/09/2022, art. 2º inciso I e art. 11 e Guia de Governança e Gestão em Saúde - Tribunal de Contas da União, Cap. 4. Gestão Pública em Saúde - Secretarias de Saúde, pág.78, item de controle MAC 4.6.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18.409.219/0001-04

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 685312



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS
Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais
Relatório Consolidado



Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: O Setor de Controle, Regulação e Avaliação-SCRA não capacita de forma permanente as equipes das unidades de saúde.

Evidência: Durante a auditoria não foram apresentados cronogramas de capacitações regulares que indiquem a existência de um planejamento de ações de educação permanente desenvolvido pelo SCRA para as equipes das unidades de saúde do município, assim como documentos que comprovem a execução de tais ações, como: materiais didáticos, listas de presença, certificados e outros.

Em Termo de Entrevista coletado com a Gestora, a Sra. N.O.A., foi confirmado que o SCRA não capacita de forma permanente as equipes das unidades de saúde.

Tal fato está em desacordo com Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017, anexo XXVI, art. 8º, §1º, inciso VII e art. 10, §3º, inciso II.

Fonte da Evidência: - Termo de Auditoria do dia 19/04/2024;
- Termo de entrevista da Sra. N.O.A., Secretária Municipal de Saúde de Santa Maria do Suaçuí, de 19/04/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: O Auditado - SMS Santa Maria do Suaçuí - e as pessoas físicas responsabilizáveis à época dos fatos (N.O.A., I.A.S. e I.M.R.), por meio de Ofício SMS/SMS Nº 482/2024, datado de 18 de setembro de 2024, se manifestaram de forma conjunta:

"Demais contatações: em relação às demais constatações não citadas neste documento, a gestão municipal reconhece as falhas e já se encontra em fase de organização interna para sanar as não conformidades".

Análise da Justificativa: Justificativa não acatada.

Auditado não encaminhou documentação comprovando a regularização das inconformidades detectadas.

Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18.409.219/0001-04

Recomendação: Assegurar que o SCRA capacite de forma permanente as equipes das unidades de saúde, bem como manter documentação comprobatória dessas ações, tais como: planejamento anual das atividades, cronograma de capacitações e comprovantes da realização das mesmas (materiais didáticos, listas de presença, certificados e outros), observando o disposto na Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017, anexo XXVI, art. 8º, §1º, inciso VII e art. 10, §3º, inciso II.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18.409.219/0001-04



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Regulação

Constatação Nº: 685315

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Recursos Humanos/Capacitação

Constatação: A equipe de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA) não é capacitada de forma permanente

Evidência: Durante a auditoria verificou-se que a SMS de Santa Maria do Suaçuí conta com o SCRA em seu organograma.

A equipe é composta por 2 (duas) profissionais que fazem a marcação de consultas e direcionamentos do Tratamento Fora do Domicílio-TFD, e 1 (um) técnico de sistemas. Verificou-se que a equipe não possui coordenador.

Os técnicos de outros setores (Coordenação de Vigilância em Saúde e Coordenação de Atenção Primária) se revezam na orientação da equipe que faz o direcionamento do acesso na SMS.

Somado à essa realidade, também não foram apresentados cronogramas de capacitações regulares que indiquem a existência de um planejamento de ações de educação permanente desenvolvido pela gestão à equipe existente.

Em Termo de Entrevista coletado com a Gestora, a Sra. N.O.A., esclarece que a SMS está se organizando para a contratação de uma técnica para coordenar o SCRA e desenvolver as ações da regulação, afirmando que inexistente capacitação de forma permanente até então.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, Caput, Inciso V.

Fonte da Evidência: - Organograma da SMS de Santa Maria do Suaçuí;

- Termo de Auditoria do dia 19/04/2024;

- Termo de entrevista da Sra. N.O.A., Secretária Municipal de Saúde de Santa Maria do Suaçuí, de 19/04/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: O Auditado - SMS Santa Maria do Suaçuí - e as pessoas físicas responsabilizáveis à época dos fatos (N.O.A., I.A.S. e I.M.R.), por meio de Ofício SMS/SMS Nº 482/2024, datado de 18 de setembro de 2024, se manifestaram de forma conjunta:

"Demais contatações: em relação às demais constatações não citadas neste documento, a gestão municipal reconhece as falhas e já se encontra em fase de organização interna para sanar as não conformidades".

Análise da Justificativa: Justificativa não acatada.

Auditado não encaminhou documentação comprovando a regularização das inconformidades detectadas.

Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18.409.219/0001-04

Recomendação: Assegurar que as equipes de Regulação, Controle e Avaliação sejam capacitadas de forma permanente, bem como manter documentos comprobatórios dessa ação, tais como o planejamento anual das atividades, o cronograma de



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



capacitações e os comprovantes da realização das mesmas (materiais didáticos, listas de presença, certificados e outros), observando o disposto na Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, Caput, Inciso V.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUAÇUI	18.409.219/0001-04

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 685317

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde-SMS de Santa Maria do Suaçuí não executa o controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território.

Evidência: Verificou-se durante a auditoria que a SMS de Santa Maria do Suaçuí disponibiliza consultas, exames e cirurgias a seus munícipes em seu próprio território.

São oferecidos exames laboratoriais e tratamento fisioterápico em unidades próprias. As consultas especializadas são disponibilizadas pela Clínica de especialidades Médicas-CEM, gerenciada pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Suaçuí-CISVAS. O usuário leva a solicitação médica e o Consórcio agenda e comunica com a equipe Saúde da Família solicitante. Ressalta-se que as consultas especializadas não disponibilizadas pelo CISVAS, são contratadas e disponibilizadas de acordo com as solicitações feitas por email pela SMS de Santa Maria do Suaçuí, com número definido de usuários.

Quanto às cirurgias, após encaminhamento feito pela Unidade Básica de saúde, o usuário se direciona diretamente ao prestador de serviços, Hospital Santa Maria Eterna, faz a consulta com o médico cirurgião para avaliação e ele faz o agendamento do procedimento para ser realizado no próprio hospital, não havendo autorização prévia para tal.

Não foi apresentado lista de espera de procedimentos, nem agendas/planilhas de marcação dos procedimentos ambulatoriais e hospitalares disponíveis no território, além de não ter o devido controle da quantidade de exames e consultas necessárias.

Apesar da oferta dos procedimentos e da existência das marcações, verificou-se que as demandas não estão organizadas com base em critérios estabelecidos em Protocolos de Regulação de Acesso, visto que o município não possui esses instrumentos implantados.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017, anexo XXVI, art.5º, inciso II e art. 10, §3º, Inciso II e Resolução de Consolidação CIT nº 1/2021, Anexo III, item 4.1.j.

Fonte da Evidência: - Termo de entrevista da Sra. N.O.A., Secretária Municipal de Saúde de Santa Maria do Suaçuí, de 19/04/2024;
- Controle de encaminhamentos feitos pelas UBSSs.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: O Auditado - SMS Santa Maria do Suaçuí - e a pessoa física responsabilizável à época dos fatos (N.O.A.), por meio de Ofício SMS/SMS Nº 482/2024, datado de 18 de setembro de 2024, se manifestaram de forma conjunta:

"Demais contatações: em relação às demais constatações não citadas neste documento, a gestão municipal reconhece as falhas e já se encontra em fase de organização internação para sanar as não conformidades".

Análise da Justificativa: Justificativa não acatada.

Auditado não encaminhou documentação comprovando a regularização das inconformidades detectadas.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18 409.219/0001-04

Recomendação: Executar o controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território, por meio da elaboração de lista de espera de procedimentos, agendas/planilhas com o cadastro da demanda organizadas com base em critérios estabelecidos em Protocolos de Regulação de Acesso, o controle da quantidade de exames, consultas e procedimentos necessários, bem como autorização prévia por parte da SMS para execução de todos os procedimentos de ações e serviços de saúde do SUS local, observando o disposto na Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017, anexo XXVI, art.5º, inciso II e art. 10, §3º, Inciso II e Resolução de Consolidação CIT nº 1/2021, Anexo III, item 4.1.j..

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18 409.219/0001-04

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 685318

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: A SMS de Santa Maria do Suaçuí não controla a referência de seus munícipes a ser realizada em outros municípios.

Evidência: Verificou-se que a SMS de Santa Maria do Suaçuí não tem uma organização com registros de agendas/planilhas de marcação, bem como controle de demandas reprimidas/listas de espera de procedimentos ambulatoriais e hospitalares (consultas, exames e cirurgias), realizados por meio da PPI, em outros municípios.

Os principais municípios onde são realizados os encaminhamentos são Governador Valadares e Belo Horizonte. O agendamento dos usuários para Belo Horizonte é feito pelo sistema SIGRAH e no sistema VIVER para os encaminhamentos em Governador Valadares.

Os usuários de Oncologia e Terapia Renal Substitutiva são encaminhados com agendamentos nos sistemas específicos de cada município citados acima, e pactuados para recebimento desses procedimentos. Foram solicitados relatórios dos agendamentos retirados dos sistemas informados, contudo não foram apresentados.

O atendimento é executado à medida que o usuário busca a SMS, com as solicitações dos profissionais médicos das unidades de saúde do município, inexistindo equipe ou profissionais qualificados que avaliem a solicitação e a sua pertinência, sendo o usuário encaminhado à gestora para a devida autorização do encaminhamento solicitado e sua liberação, sem um protocolo e/ou trâmite definido previamente.

A demanda de consultas/exames que não estão disponíveis pela PPI, ou que a gestão tem dificuldades de agendamento, são encaminhados e pagos com recurso SUS ao próprio usuário que receberá a atenção, para que o procedimento seja feito e, de posse do recurso financeiro, o próprio usuário realiza o pagamento ao prestador/ profissional que lhe presta a assistência.

Salienta-se que não há informações descritas nos empenhos apresentados relativos aos recursos liberados ao usuário,



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



com as devidas justificativas e/ou análises da necessidade de execução do procedimento, bem como os seus desdobramentos posteriores (avaliação da prestação de serviços).

Foram apresentados controle de encaminhamentos feitos pelas Unidades da Atenção Primária à Saúde, sem, contudo, as informações apresentadas serem completas ou seja, para qual exame ou a clínica requerida foi direcionado o encaminhamento.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017, anexo XXVI, art. 10, §3º, inciso IV e Resolução de Consolidação CIT nº 1/2021, anexo III, item 4.1.g.

Fonte da Evidência: - Termo de entrevista da Sra. N.O.A., Secretária Municipal de Saúde de Santa Maria do Suaçuí, de 19/04/2024;
- Controle de encaminhamentos feitos pelas UBSs;
- Empenho nº 2233 - Ficha 0331 de 05/02/2024 pago a Srª. F.S.S. (Amostragem).

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: O Auditado - SMS Santa Maria do Suaçuí - e as pessoas físicas responsabilizáveis à época dos fatos (N.O.A., I.A.S. e I.M.R.), por meio de Ofício SMS/SMS Nº 482/2024, datado de 18 de setembro de 2024, se manifestaram de forma conjunta:

"Secretaria de saúde já realizou implantação de planilhas eletrônicas em rede, para registro de agendas de marcação bem como controle de demandas reprimidas, para procedimentos ambulatoriais, consultas, exames e cirurgias".

Análise da Justificativa: O auditado justificou que já está organizando o registro de agendas para marcação e controle das demandas reprimidas sem contudo encaminhar documentação comprobatória, ficando a justificativa não acatada.

Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18 409.219/0001-04

Recomendação: Controlar as agendas/planilhas de marcação, bem como controle de demandas reprimidas/listas de espera de procedimentos ambulatoriais e hospitalares de seus municípios, que são encaminhados para tratamento fora do domicílio. Conforme disposto na Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017, anexo XXVI, art. 10, §3º, inciso IV e Resolução de Consolidação CIT nº 1/2021, anexo III, item 4.1.g.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18 409.219/0001-04

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 685320

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: A SMS de Santa Maria do Suaçuí não garante o acesso à população referenciada por outros municípios de acordo com a PPI.

Evidência: Verificou-se que a SMS de Santa Maria do Suaçuí recebe a população referenciada dos municípios de Água Boa, José Raydan, São Sebastião do Maranhão, São Pedro Suaçuí, Frei Lagonegro e São José do Safira de acordo com relatório PPI na competência 02/24.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



A SMS contudo, não apresentou informações/registros de monitoramento do atendimento da população referenciada, informando que o município não tem controle dessa demanda.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017, Anexo XXVI, art. 10, §3º, V e Portaria de Consolidação GM/MS nº 1/2017, Título I, art. 3º.

Fonte da Evidência: - Termo de Auditoria do dia 19/04/2024;
- Relatórios extraídos do site da PPI Assistencial/MG-Recursos alocados competências 05/2023,10/2023 e 02/2024;
- Planilha metas pactuadas municípios referenciados, extraídos do site PPI Assistencial/MG, competências 05/2023,10/2023 e 02/2024 no link: <http://ppiassistencial.saude.mg.gov.br/consulta-ppi>;
- Termo de entrevista da Sra. N.O.A., Secretária Municipal de Saúde de Santa Maria do Suaçuí, de 19/04/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: O Auditado - SMS Santa Maria do Suaçuí - e as pessoas físicas responsabilizáveis à época dos fatos (N.O.A., I.A.S. e I.M.R.), por meio de Ofício SMS/SMS Nº 482/2024, datado de 18 de setembro de 2024, se manifestaram de forma conjunta:

"Secretaria implantou sistema de informações/registro de monitoramento do atendimento da população referenciada, embora mesmo continuando sede de microrregião, deixou de ser órgão regulador de micro, passando esta função para o município de Peçanha."

Análise da Justificativa: O auditado informou que implantou sistema de monitoramento da população referenciada contudo não apresentou documentação comprobatória, ficando a justificativa não acatada.

Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18 409.219/0001-04

Recomendação: Garantir o acesso à população referenciada por outros municípios de acordo com a PPI e manter registros comprobatórios do efetivo atendimento a essa população, conforme previsto na Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, V e na Portaria de Consolidação nº 1/2017, Título I, Art. 3º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18 409.219/0001-04

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 685321

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A SMS participa da elaboração e revisão periódica da PPI.

Evidência: Durante a auditoria foi verificado que a SMS de Santa Maria do Suaçuí teve um remanejamento de PPI no período analisado conforme Relatório de Remanejamento do GERASUS apresentado.

Nas atas da Comissão Intergestores Bipartite-CIBMicro Unificada apresentadas, verificou-se que houve remanejamento da PPI do município nos meses de 12/2023, 08/2023 e 07/2023.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017, Anexo XXVI, art. 10, § 3º, X.

Fonte da Evidência: - Relatório de Remanejamento do GERASUS do período de 01/01/2023 A 30/03/2024;

- Ata da CIB-Micro Unificada nº 192 -12/2023;

- Ata da CIB-Micro Unificada nº 84 2 08/2023;

- Ata da CIB-Micro Unificada nº 83 2 07/2023.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 685322

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: O profissional que autoriza as AIHs não cumpre os pré-requisitos previstos nas normativas do SUS.

Evidência: Verificou-se durante a auditoria que não há designação de profissional do autorizador das AIHs no município pela gestão municipal, e não foram apresentadas as documentações correlatas.

Em análise aos espelhos de AIH apresentados, relativos aos meses de apresentação 05/2023, 10/2023 e 02/2024 foi verificado que há um profissional médico autorizador, com o código de CNS nº. 707407071914573, de acordo com consulta ao CNES o qual, é médico efetivo e lotado em uma UBS do município.

A gestão não tem o conhecimento das autorizações de AIHs realizadas no prestador de serviços pelo profissional médico, fato que reforça a ausência de rotina de autorização das AIHs no SMS por profissional devidamente capacitado e conhecedor dos protocolos clínicos, para avaliar de forma sistemática e periódica quanto a necessidade e a disponibilidade de vagas ao autorizar o tratamento e/ou internação.

Tal fato está em desacordo com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão jan/2017 - Itens 4.3 e 4.5- aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º.

Fonte da Evidência: - Espelhos de AIH dos meses de apresentação Maio/2023, Outubro/2023 e Fevereiro/2024;

- Termo de Auditoria do dia 19/04/2024;

- Termo de entrevista da Sra. N.O.A., Secretária Municipal de Saúde de Santa Maria do Suaçuí, de 19/04/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: O Auditado - SMS Santa Maria do Suaçuí - e a pessoa física responsabilizável à época dos fatos (N.O.A.), por meio de Ofício SMS/SMS Nº 482/2024, datado de 18 de setembro de 2024, se manifestaram de forma conjunta:

"Demais contatações: em relação às demais constatações não citadas neste documento, a gestão municipal reconhece as falhas e já se encontra em fase de organização internação para sanar as não conformidades".

Análise da Justificativa: Justificativa não acatada.

Auditado não encaminhou documentação comprovando a regularização das inconformidades detectadas.

Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome

CPF/CNPJ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI

18 409.219/0001-04



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Recomendação: Designar formalmente profissional devidamente capacitado e conhecedor dos protocolos clínicos autorizador das AIHs no município, observando o disposto no Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão jan/2017 - Itens 4.3 e 4.5- aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18.409.219/0001-04

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 685326

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Contratualização

Constatação: A Comissão de Acompanhamento da Contratualização não foi devidamente formalizada.

Evidência: Verificou-se durante a auditoria que a Comissão de Acompanhamento da Contratualização, relativo ao Termo de Colaboração s/nº assinado entre a SMS de Santa Maria do Suaçuí com o Hospital Santa Maria Eterna, foi normatizada pela Portaria Municipal 04/2024, sendo composta por representantes da SMS, do Hospital e do Conselho Municipal de Saúde.

Contudo, conforme informação prestada pela gestora, não foi dada publicidade no Diário Oficial do Município e a comissão não está em funcionamento, não havendo acompanhamento do contrato vigente.

O não funcionamento da Comissão e a não publicação da sua composição no Diário Oficial estão em desacordo com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017, Anexo XXIV, anexo 2, Cap. II, art. 5º, inciso VII e art. 32, Caput e §2º.

Fonte da Evidência: - Portaria SMS nº 04/2024 de 10/01/2024;
- Termo de Auditoria do dia 19/04/2024;
- Termo de entrevista da Sra. N.O.A., Secretária Municipal de Saúde de Santa Maria do Suaçuí, de 19/04/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: O Auditado - SMS Santa Maria do Suaçuí - e a pessoa física responsabilizável à época dos fatos (N.O.A.), por meio de Ofício SMS/SMS Nº 482/2024, datado de 18 de setembro de 2024, se manifestaram de forma conjunta:

"Demais contatações: em relação às demais constatações não citadas neste documento, a gestão municipal reconhece as falhas e já se encontra em fase de organização interna para sanar as não conformidades".

Análise da Justificativa: Justificativa não acatada.

Auditado não encaminhou documentação comprovando a regularização das inconformidades detectadas.

Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18 409.219/0001-04

Recomendação: Formalizar de forma adequada a Comissão de Acompanhamento da Contratualização com representantes da SMS, do Hospital e do Conselho Municipal de Saúde por meio da publicação do ato formal (Portaria Municipal 04/2024) no Diário Municipal e/ou página oficial do município, além de assegurar a realização das atividades próprias dessa Comissão,



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



conforme dispõe a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017, Anexo XXIV, anexo 2, Cap. II, art. 5º, inciso VII e art. 32, Caput e §2º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18.409.219/0001-04

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 685327

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Contratualização

Constatação: A Comissão de Acompanhamento da Contratualização não monitora a execução das ações e serviços de saúde pactuados.

Evidência: Em entrevista realizada com a gestora, a Sra. N.O.A., a equipe foi informada que a Comissão de Acompanhamento da Contratualização não monitora a execução das ações e serviços de saúde pactuados.

O Termo de Colaboração apresentado, assinado entre a SMS de Santa Maria do Suaçuí e Hospital Santa Maria Eterna, em seu Anexo I do Plano de Trabalho, traz metas qualitativas e quantitativas para o devido monitoramento quadrimestral.

Não foram apresentadas planilhas, atas ou relatórios que comprovem a realização de monitoramento.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, art. 32, §1º, incisos I a III e Resolução de Consolidação CIT nº 1/2021, Anexo III, item 4.1.

Fonte da Evidência: - Termo de Colaboração s/nº assinado em 08/01/2024, entre a SMS de Santa Maria do Suaçuí e Hospital Santa Maria Eterna;
- Termo de Auditoria do dia 19/04/2024;
- Termo de entrevista da Sra. N.O.A., Secretária Municipal de Saúde de Santa Maria do Suaçuí, de 19/04/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: O Auditado - SMS Santa Maria do Suaçuí - e as pessoas físicas responsabilizáveis à época dos fatos (N.O.A., I.A.S. e I.M.R.), por meio de Ofício SMS/SMS Nº 482/2024, datado de 18 de setembro de 2024, se manifestaram de forma conjunta:

"Demais contatações: em relação às demais constatações não citadas neste documento, a gestão municipal reconhece as falhas e já se encontra em fase de organização interna para sanar as não conformidades".

Análise da Justificativa: Justificativa não acatada.

Auditado não encaminhou documentação comprovando a regularização das inconformidades detectadas.

Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18 409.219/0001-04



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Recomendação: Formalizar de forma adequada a Comissão de Acompanhamento da Contratualização com representantes da SMS, do Hospital e do Conselho Municipal de Saúde por meio da publicação do ato formal (Portaria Municipal 04/2024) no Diário Municipal e/ou página oficial do município, além de assegurar a realização das atividades próprias dessa Comissão, monitorando a execução das ações e serviços de saúde pactuados, conforme dispõe a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, art. 32, §1º, incisos I a III e Resolução de Consolidação CIT nº 1/2021, Anexo III, item 4.1.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18.409.219/0001-04

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 685347

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: Não existe Comissão Municipal responsável pelo Tratamento Fora do Domicílio-TFD formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde.

Evidência: Durante a auditoria, não foi apresentado ato de nomeação da Comissão Municipal responsável pelo TFD que, de acordo com a legislação, deve ser composta por um profissional Médico, um Assistente Social, um Funcionário Administrativo e pelo Gestor de saúde.

Ademais, não foram apresentados pareceres ou relatórios feitos por uma Comissão para avaliação das solicitações entregues no setor de TFD do município, antes de realizar os encaminhamentos dos usuários para tratamento.

Os encaminhamentos solicitados são recebidos pela SMS de Santa Maria do Suaçuí por meio das funcionárias atendedoras do SRCA e são direcionados os agendamentos a partir dos sistemas já existentes e disponibilizados pelos municípios pactuados. E as demandas não pactuadas são direcionadas à gestora para direcionamento.

Em Termo de Entrevista, a Gestora, Sra. N.O.A., ratificou a inexistência da Comissão Municipal responsável pelo TFD, formalmente constituída, nomeada e atuante.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 01/2022, Título II, Capítulo II, art. 140 e Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017, Anexo XXVI, art. 6º, Caput e §4º.

Fonte da Evidência: - Termo de Auditoria do dia 19/04/2024;

- Termo de entrevista da Sra. N.O.A., Secretária Municipal de Saúde de Santa Maria do Suaçuí, de 19/04/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: O Auditado - SMS Santa Maria do Suaçuí - e as pessoas físicas responsabilizáveis à época dos fatos (N.O.A., I.A.S. e I.M.R.), por meio de Ofício SMS/SMS Nº 482/2024, datado de 18 de setembro de 2024, se manifestaram de forma conjunta:

"Demais contatações: em relação às demais constatações não citadas neste documento, a gestão municipal reconhece as falhas e já se encontra em fase de organização internação para sanar as não conformidades".

Análise da Justificativa: Justificativa não acatada.

Auditado não encaminhou documentação comprovando a regularização das inconformidades detectadas.

Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18 409.219/0001-04

Recomendação: Instituir a Comissão Municipal responsável pelo TFD, formalmente nomeada pela Gestora de Saúde, além de assegurar a realização das atividades próprias dessa Comissão, conforme disposto na Portaria de Consolidação GM/MS nº 01/2022, Título II, Capítulo II, art. 140 e Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017, Anexo XXVI, art. 6º, Caput e §4º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18 409.219/0001-04

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 685201

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Recursos Financeiros

Constatação: Irregularidade na concessão de recursos financeiros a título de Ajuda de Custo/Auxílio Financeiro/TFD a pacientes, em desacordo com a legislação vigente.

Evidência: Em auditoria, analisando-se os processos de pagamento das despesas, verificou-se por amostragem a existência de alguns empenhos referente disponibilização de recursos financeiros que são concedidos diretamente aos pacientes e/ou seus representantes por meio de transferência bancária ou cheque avulso.

Estes repasses foram executados a título de Ajuda de Custo/Auxílio Financeiro/TFD e destinados a cobrir despesas de consultas médicas especializadas, exames de diagnose, terapias, medicamentos, insumos e outros procedimentos clínicos ambulatoriais em Unidades Assistenciais não conveniadas/contratadas do SUS e não pertencentes à rede de saúde do município.

Constatou-se também, que os recursos foram repassados sem a devida comprovação documental da despesa, uma vez que inexistem Notas Fiscais, Recibos, Relatórios de Atendimentos ou outra fonte de evidência da realização dos procedimentos/prestação dos serviços.

Ressalta-se que os valores concedidos, não são compatíveis com a Tabela Unificada de procedimentos do SUS e que o município não dispõe de normativa municipal que dispõe sobre TFD.

O Paciente apresenta o orçamento do insumo/medicamento/consulta/procedimento e a Secretaria de Saúde autoriza a sua execução, repassando o recurso diretamente ao requisitante, violando assim o princípio basilar do SUS de acesso universal.

Evidenciou-se por fim que inexistente fluxo adequado de controle do acesso dos usuários e organização da rede de saúde municipal, pois são concedidos tais recursos financeiros sem nenhum critério ou parâmetro técnico/assistencial, inobservando as normativas legais do Sistema Único de Saúde.

Tais fatos estão em desacordo com Lei Complementar nº 141/2012, art. 4º - Incs. III e VIII; Portaria de Consolidação SAES/MS nº 1/2022, Título II, Capítulo II, Art. 135, §2º, art. 138; Portaria de Consolidação nº 2 de 28/09/2017, Anexo XXVI, art. 6º, § 4º e Manual de Procedimentos de TFD - Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Disponível em: https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/2015_Manual_tratamento_fora_domicilio.pdf.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Fonte da Evidência:

- Empenhos/Processos de Pagamento n°s: 8900/2023, 8902/2023, 8979/2023, 817/2024, 2034/2024, 2075/2024, 2076/2024, 2077/2024, 2083/2024, 2087/2024 e 2233/2024.
- Lista de Usuários do SUS cadastrados no TFD.
- Extratos da Conta PM STA M SUACUI SAUDE 15 (conta corrente nº 10738-7, ag. 489-8, Banco do Brasil) utilizada para pagamento do TFD.
- Termo de Informação da Secretária Municipal de Saúde - Sra. N. O. A. tomado em 19/04/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: O Auditado - SMS Santa Maria do Suaçuí - e a pessoa física responsabilizável à época dos fatos (N.O.A.), por meio de Ofício SMS/SMS Nº 482/2024, datado de 18 de setembro de 2024, se manifestaram de forma conjunta:

"A gestão municipal seguiu as orientações, atualizou os débitos e realizou a devolução dos recursos financeiros, como pode ser comprovado através do comprovante bancário e demonstrativo do débito em anexo, incluindo todas as constatações citadas no relatório preliminar".

Análise da Justificativa: Justificativa parcialmente acatada.

Auditado encaminhou documentação comprobatória acerca da restituição dos recursos financeiros atualizados monetariamente até o dia 11/09/2024, para a conta do FMS Santa Maria do Suaçuí (c.c. 30.829-3, ag. 0489-8, BB).

Diante do exposto, com o pagamento integral e atualizado dos recursos financeiros ao FMS, fica excluída a proposição de devolução, mas propõe-se a manutenção da aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado em virtude da disponibilização dos recursos sem atender ao princípio basilar de acesso universal do SUS, bem como da inexistência de um fluxo adequado de controle do acesso dos usuários e organização da rede de saúde municipal, pois são concedidos tais recursos financeiros sem nenhum critério ou parâmetro técnico/assistencial, inobservando as normativas legais do Sistema Único de Saúde.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18 409.219/0001-04

Recomendação: Recomenda-se que a aplicação dos recursos financeiros sejam executados observando o princípio de acesso universal do SUS, em ações e serviços de saúde em unidades assistenciais conveniadas/contratadas do SUS e pertencentes à rede de saúde do município, sob a ótica de um fluxo adequado de controle do acesso dos usuários e organização da rede de saúde municipal, bem como atendendo às normativas legais no que tange à prestação de contas/comprovação das despesas, conforme disposto na Lei Complementar nº 141/2012, art. 4º - Incs. III e VIII; Portaria de Consolidação SAES/MS nº 1/2022, Título II, Capítulo II, Art. 135, §2º, art. 138; Portaria de Consolidação nº 2 de 28/09/2017, Anexo XXVI, art. 6º, § 4º e Manual de Procedimentos de TFD - Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, disponível em: https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/2015_Manual_tratamento_fora_domicilio.pdf.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18 409.219/0001-04

Tópico: Fundo Municipal de Saúde

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 685206



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: O Fundo Municipal de Saúde (FMS) constitui-se em Unidade Orçamentária e Gestora dos recursos.

Evidência: Em auditoria, constatou-se, por meio de análise documental e pesquisa do CNPJ no site da Receita Federal que o Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Santa Maria do Suaçuí - CNPJ 11.837.034/0001-51, encontra-se ativo e constitui-se em Unidade Orçamentária e Gestora dos Recursos Financeiros do SUS com natureza jurídica nº 133-3 (Fundo Público da Administração Direta Municipal).

Tal fato está de acordo com a Lei Complementar nº 141/2012, Artigo 14.

Fonte da Evidência: - Lei Orçamentária Anual para o ano de 2023 (Lei Municipal nº 1.148/2022);
- Lei Orçamentária Anual para o ano de 2024 (Lei Municipal nº 1.167/2023);
- Quadros Demonstrativos das Despesas (QDD) para os anos de 2023 e 2024;
- Cópias de notas de empenhos, referentes ao período de maio/2023, outubro/2023 e fevereiro/2024,
- Lei Municipal N.º 642 de 10 de janeiro de 1994 que institui o Fundo Municipal de Saúde de Santa Maria do Suaçuí;
- Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 11.837.034/0001-51, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, extraído em 24/04/2024 (Site: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp).

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 685208

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Movimentação financeira

Constatação: Os recursos financeiros da contrapartida municipal não são movimentados em conta corrente vinculada ao CNPJ do FMS.

Evidência: Em auditoria, por meio de análise documental da relação de contas do Fundo Municipal de Saúde, bem como do contrato para solicitação de abertura da conta de contrapartida municipal dos recursos da saúde, verificou-se que a referida conta corrente denominada PM STA M SUACUI SAUDE 15 (conta corrente nº 10738-7, ag. 489-8, Banco do Brasil) está vinculada ao CNPJ da Prefeitura Municipal de Santa Maria do Suaçuí (CNPJ nº 18.409.219/0001-04) e não ao CNPJ do Fundo Municipal de Saúde (CNPJ nº 11.837.034/0001-51).

Consequentemente, verificou-se, por meio dos Extratos bancários do período de amostragem (maio/2023, outubro/2023 e fevereiro/2024) que a movimentação dos recursos da contrapartida municipal da saúde não é realizada em conta vinculada ao CNPJ do FMS e sim ao CNPJ da Prefeitura Municipal de Santa Maria do Suaçuí.

Tal fato está em desacordo com a Lei Complementar nº 141, Artigo 2º, Parágrafo único.

Fonte da Evidência: - Relação de contas do FMS de Santa Maria do Suaçuí;
- Contrato de abertura da conta corrente nº 10738-7, ag. 489-8, expedido pelo Banco do Brasil, em 11/04/2024;
- Comprovante de inscrição e situação cadastral do FMS de Santa Maria do Suaçuí no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 11.837.034/0001-51, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, extraído em 24/04/2024 (Site: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp).
- Comprovante de inscrição e situação cadastral da Prefeitura de Santa Maria do Suaçuí no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 18.409.219/0001-04, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, extraído em 24/04/2024 (Site: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp).
- Extratos da conta corrente nº 10738-7, ag. 489-8, Banco do Brasil nos períodos maio/2023, outubro/2023 e fevereiro/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: O Auditado - SMS Santa Maria do Suaçuí - e as pessoas físicas responsabilizáveis à época dos fatos (N.O.A., I.A.S. e I.M.R.) por meio de Ofício SMS/SMS Nº 482/2024, datado de 18 de setembro de 2024 se manifestaram de forma conjunta:



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



"Foi realizada abertura no Banco do Brasil da conta corrente nº 30829-3, vinculada ao CNPJ 11.837.034/0001-51, do Fundo Municipal de Saúde de Santa Maria do Suaçuí, como segue em anexo".

Análise da Justificativa: Justificativa Acatada Parcialmente. Auditado encaminhou documentação comprobatória acerca de abertura de conta corrente (c.c. 30829-3 - ag. 489-8 - BB) vinculada ao CNPJ do Fundo Municipal de Saúde. No entanto, é necessário assegurar que os recursos da contrapartida municipal passem a ser movimentados nessa conta corrente.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18.409.219/0001-04

Recomendação: Recomenda-se que os recursos financeiros da contrapartida municipal sejam movimentados nesta conta corrente (c.c. 30829-3 - ag. 489-8 - BB) vinculada ao CNPJ do FMS.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18.409.219/0001-04

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 685209

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Gerenciamento

Constatação: O Gestor Municipal de Saúde é o ordenador de despesas do FMS de Santa Maria do Suaçuí.

Evidência: Em análise documental, verificou-se que a Lei que cria o FMS de Santa Maria do Suaçuí (Lei Municipal N.º 642 de 10 de janeiro de 1994) em seu art. 2º e 3º define que a administração do Fundo compete ao dirigente do departamento de saúde municipal.

Ao analisar uma amostra de notas de empenho, referente ao período de maio/2023 e outubro/2023, verificou-se que os ordenadores de despesa não eram os gestores municipais de saúde nomeados à época, I.M.R. (01/01/2021 a 05/07/2023) e I.A.S. (06/07/2023 a 15/10/2023), constando outros profissionais como A.P.S.P. (Prefeita à época) e M.A.G. (Prefeita atual).

No entanto, na amostra de empenhos analisada em fevereiro/2024 verificou-se que a situação foi regularizada, pois a atual Gestora de Saúde de Santa Maria do Suaçuí (N.O.A.) que foi nomeada para o cargo, por meio da Portaria Municipal nº 098/2023 de 16/10/2023, está registrada nos empenhos como ordenadora de despesas do fundo municipal de saúde, conforme preconizado em legislação.

Tal fato está de acordo com o Decreto-Lei nº 200/67, art. 80, § 1º; IN/DTN nº 10/1991; Lei nº 8.080/1990, Artigo 9º e Artigo 32, parágrafo 2º.

Fonte da Evidência: - Lei Municipal N.º 642 de 10 de janeiro de 1994;

- Portaria Municipal SMS 098/2023 de 16/10/2023;

- Cópias de Notas de empenho/processos de pagamento, referentes ao período de maio/2023, outubro/2023 e fevereiro/2024;

- ANEXO II - Ficha de Qualificação dos Responsáveis.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 685210

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Gerenciamento

Constatação: O Gestor Municipal de Saúde é o autorizador dos pagamentos do FMS de Santa Maria do Suaçuí.

Evidência: Em auditoria, ao analisar uma amostra de notas de empenho, referente ao período de maio/2023 e outubro/2023, constatou-se que os autorizadores de pagamento não eram os gestores municipais de saúde nomeados à época, I.M.R. (01/01/2021 a 05/07/2023) e I.A.S. (06/07/2023 a 15/10/2023), constando outros profissionais como A.P.S.P. (Prefeita à época) e M.A.G. (Prefeita atual).

No entanto, na amostra de empenhos analisada de fevereiro/2024 verificou-se que a situação foi regularizada, pois a atual Gestora de Saúde de Santa Maria do Suaçuí (N.O.A.) que foi nomeada para o cargo, por meio da Portaria Municipal nº 098/2023 de 16/10/2023, está registrada nos empenhos como autorizadora de pagamentos do fundo municipal de saúde, conforme preconizado em legislação.

Tal fato está de acordo com o Decreto Estadual nº 37924, de 16/05/1996, Art.21; Lei nº 8.080/1990, Artigo 9º e Artigo 32, parágrafo 2º.

Fonte da Evidência: - Lei Municipal N.º 642 de 10 de janeiro de 1994;
- Portaria Municipal SMS 098/2023 de 16/10/2023;
- Cópias de Notas de empenho/processos de pagamento, referentes ao período de maio/2023, outubro/2023 e fevereiro/2024;
- ANEXO II - Ficha de Qualificação dos Responsáveis.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 685218

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: A SMS não garante o acesso público às informações relativas à gestão dos recursos da saúde.

Evidência: Em auditoria, verificou-se que em buscas no site governamental do município (<https://www.smsuacui.mg.gov.br/>) há uma aba específica de licitações e outra relacionada à transparência Municipal.

Na aba separada de licitações o procedimento licitatório de maior anterioridade temporal disponível é de Julho de 2023 e na aba de Transparência Pública os dados referentes às Leis (PPA, LDO, LOA), às Notas de empenhos, aos contratos com prestadores de serviços, às receitas, às despesas e às contas são todas referentes ao ano de 2024 em diante. Não há registros sobre anos anteriores.

A organização do sítio eletrônico, embora dotado de diversas abas separadas pelos critérios para consulta, ainda importa ser bem incipiente, carecendo da alimentação das informações de anos anteriores à 2024, comprometendo o princípio da transparência da administração pública.

Tal fato está em desacordo com Lei Federal nº 12.527/2011 em seus arts. 1º Caput, parágrafo único - Inc I, 6º - incs. I e II, 7º - incs VI e VII, 8º §§ 1º, 2º e 4º; Lei Complementar nº 101/2000 - art. 48 e Lei Complementar nº 141/2012 - art. 31.

Fonte da Evidência: - Pesquisa no sítio eletrônico: (<https://www.smsuacui.mg.gov.br/>) acessado no dia 28/02/2024.
- Termo de Informação com a Secretária Municipal de Saúde N.O.A., tomado em 19/04/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: O Auditado - SMS Santa Maria do Suaçuí - e as pessoas físicas responsabilizáveis à época dos fatos (N.O.A., I.A.S. e I.M.R.), por meio de Ofício SMS/SMS Nº 482/2024, datado de 18 de setembro de 2024, se manifestaram de forma



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



conjunta:

"Demais contatações: em relação às demais constatações não citadas neste documento, a gestão municipal reconhece as falhas e já se encontra em fase de organização interna para sanar as não conformidades".

Análise da Justificativa: Justificativa não acatada.

Auditado não encaminhou documentação comprovando a regularização das inconformidades detectadas.

Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18.409.219/0001-04

Recomendação: Assegurar o acesso público às informações relativas à gestão dos recursos da saúde, por meio da disponibilização em sítios eletrônicos (notadamente no Portal da Transparência Municipal) alimentado de forma permanente com documentos e informações diversas sobre a gestão dos recursos da saúde, conforme dispõe o princípio da transparência da administração pública e a Lei Federal nº 12.527/2011 em seus arts. 1º Caput, parágrafo único - Inc I, 6º - incs. I e II, 7º - incs VI e VII, 8º §§ 1º, 2º e 4º; Lei Complementar nº 101/2000 - art. 48 e Lei Complementar nº 141/2012 - art. 31.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18.409.219/0001-04

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 685213

Subgrupo: Convênios

Item: Formalização

Constatação: O Termo de Colaboração firmado com o prestador hospitalar dispõe das cláusulas e condições exigidas em legislação.

Evidência: Em análise documental e informações coletadas, a equipe de auditoria verificou que a Administração Pública do Município de Santa Maria do Suaçuí celebrou para o ano de 2024 com o Hospital Santa Maria Eterna - CNES 2103990 - CNPJ 20.974.770/0001-42, uma parceria sob a égide da Lei Federal nº 13019/2014 alterada pela Lei 13024/2015 que versa sobre parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, mediante celebração de um Termo de Colaboração s/n, com vigência por 12 meses (08/01/2024 a 07/01/2025), para prestação de ações e serviços de assistência à saúde aos usuários do SUS.

Avaliando-se o Termo de Colaboração celebrado e os dispositivos da Lei supracitada, constatou-se que o mesmo dispõe de todas as cláusulas e dispositivos exigidos pela legislação em vigor, possuindo entre outros os seguintes: a) a descrição do objeto pactuado, b) as obrigações das partes, c) a vigência, d) a obrigação de prestar contas, e) Plano de Trabalho como anexo indissociável do termo de colaboração.

Tal fato está de acordo com a Lei Federal nº 13019/2014, alterada pela Lei 13024/2015 em seu art. 42.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Fonte da Evidência: - Termo de Colaboração s/n/2024, assinado em 08/01/2024.

- Termo de Auditoria, datado de 19/04/2024.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 685211

Subgrupo: Licitação

Item: Procedimento

Constatação: Ausência da apresentação dos documentos de procedimentos para celebração do Termo de Colaboração firmado com o Hospital Santa Maria Eterna do município de Santa Maria do Suaçuí.

Evidência: Os processos licitatórios, referentes aos contratos e/ou convênios formalizados com os prestadores de serviços hospitalares localizados na sede do município foram solicitados previamente ao auditado, por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 108/2024, datado de 11/03/2024 (Comunicado de auditoria).

Na fase operativa, a Equipe evidenciou que a Administração Pública do Município de Santa Maria do Suaçuí não realizou procedimento licitatório e optou em celebrar no ano de 2024 com o Hospital Santa Maria Eterna - CNES 2103990 - CNPJ 20.974.770/0001-42, uma parceria mediante celebração de um Termo de Colaboração s/n, com vigência por 12 meses (08/01/2024 a 07/01/2025), para prestação de ações e serviços de assistência à saúde aos usuários do SUS. Para o ano de 2023 não foi fornecido nenhuma documentação.

O instrumento jurídico firmado (Termo de Colaboração) pautou-se conforme o ordenamento jurídico balizado pela Lei Federal nº 13019/2014 alterada pela Lei 13024/2015 que versa sobre parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação, ou seja, parcerias entre o ente público e entidades do terceiro setor.

A Lei faculta à Administração Pública optar por este tipo de parceria citando inclusive em seu art. 30 - inc. VI o caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social.

No entanto, a lei deixa claro que é necessária a execução dos seguintes procedimentos prévios à contratação: Manifestação de Interesse Social como instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas ao poder público e de um chamamento público realizado por este, objetivando a celebração da parceria.

Além disso, em seu art. 34 a Lei exige um rol de pré-requisitos importantes sobre a constituição das organizações civis para consentir que a mesma possa estabelecer parcerias com o poder público, bem como em seu art. 35 registra as providências necessárias a serem adotadas pela administração pública para a celebração e a formalização do termo de colaboração.

Durante todo o transcorrer da auditoria operativa, a Equipe de auditoria novamente ratificou a necessidade de fornecimento documental dos procedimentos prévios à celebração do Termo de Colaboração com o referido hospital, como o Edital de Chamamento Público ou uma Justificativa formal para sua dispensa.

No entanto, até a finalização do Relatório Preliminar, os documentos solicitados não foram entregues à Equipe de Auditoria.

Ressalta-se que em pesquisas nos sítios eletrônicos específicos, a Equipe pôde constatar que o Hospital Santa Maria Eterna realmente se configura como uma Organização da Sociedade Civil (Site do IPEA: <https://mapaosc.ipea.gov.br-detalhar-506077> acessado em 24-04-24) e possui Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social (CEBAS)



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



por meio da Portaria SAES/MS nº 635, de 9 de agosto de 2023 que prorrogou sua vigência até 31/12/2024, mas devido à não apresentação do restante da documentação, inclusive dados sobre o prestador, impossibilitou uma análise mais apurada e aprofundada se os preceitos para celebração do Termo de Colaboração foram todos observados conforme dispõe a Lei 13019/2014.

Tal fato está em desacordo com o Decreto Federal nº 1651/1995, Art. 11 e com a Lei Federal nº 13.019/2014 alterada pela Lei 13024/2015 em seus arts. 22, 23, 32, 34 e 35.

Fonte da Evidência: - Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 108/2024, datado de 11/03/2024 (Comunicado de auditoria) e Anexo I.
- Cópia Termo de Colaboração datado de 08/01/2024;
- Informação sobre as Organizações da Sociedade Civil no site do IPEA (<https://mapaosc.ipea.gov.br/detalhar/506077>) acessado em 24-04-24;
- Informação sobre O CEBAS concedido ao Hospital Santa Maria Eterna Site do SISCEBAS (<http://siscebas.saude.gov.br/siscebas/WebApplication/consultaPublicaPorCnpj.php>) acessado em 24/04/2024;
- Termo de Auditoria, datado de 19/04/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: O Auditado - SMS Santa Maria do Suaçuí - e a pessoa física responsável à época dos fatos (N.O.A.), por meio de Ofício SMS/SMS Nº 482/2024, datado de 18 de setembro de 2024, se manifestaram de forma conjunta:

"Demais contatações: em relação às demais constatações não citadas neste documento, a gestão municipal reconhece as falhas e já se encontra em fase de organização interna para sanar as não conformidades".

Análise da Justificativa: Justificativa não acatada.

Auditado não encaminhou documentação comprovando a regularização das inconformidades detectadas.

Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado e encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais em razão do disposto na Lei Complementar Estadual nº 102/2008, art. 3º, inciso XVI; Lei Federal nº 14.133/2021 art. 169, inciso III c/c §3º, inciso I.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18 409.219/0001-04

Recomendação: Assegurar a adequada guarda e conservação de documentos públicos (aparato documental referente aos procedimentos prévios à celebração do Termo de Colaboração com o hospital Santa Maria Eterna) e fornecimento às autoridades públicas competentes quando demandada, bem como submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo da documentação, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, conforme disposto no Decreto Federal nº 1651/1995, Art. 11, na Constituição Federal de 1988, Art. 37, Inciso XXI e na Lei Federal nº 13.019/2014 alterada pela Lei 13024/2015 em seus arts. 22, 23, 32, 34 e 35.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18 409.219/0001-04

Tópico: Instrumentos de Gestão



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 685199

Subgrupo: Instrumentos de Planejamento PS

Item: Sistemática de Elaboração/Conteúdo

Constatação: O Plano Municipal de Saúde foi elaborado pela SMS, registrado no DigiSUS e aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: Em auditoria, verificou-se que o Plano Municipal de Saúde do quadriênio 2022-2025 foi elaborado pela SMS, registrado no Sistema DigiSUS e aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde de Santa Maria do Suaçuí por meio da Resolução CMS/SMS nº 003/2022.

Tal fato está de acordo com Portaria de Consolidação do SUS nº 01 de 28/09/2017, Artigo 94, §Único, Inciso I e Artigos 95 e 96 § 7º; Capítulo VII, Seção II, Arts 435 e 436, Inciso I, a.

Fonte da Evidência: - Plano Municipal de Saúde de SMS - Quadriênio 2022-2025

- Extração de Informações do Sistema Informatizado do DigiSUS disponível em <https://digisusgmp.saude.gov.br/v1.5/transparencia/downloads> acessado em 16/04/2024.

- Resolução CMS/SMS nº 003/2022 de 03/01/2022.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 685200

Subgrupo: Plano de Saúde

Item: Programação Anual de Saúde

Constatação: A Programação Anual de Saúde elaborada pela SMS foi registrada com inconsistências no DigiSUS e encaminhada fora do prazo ao Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: Em auditoria, verificou-se que a Programação Anual de Saúde do ano de 2024 foi elaborada pela SMS Santa Maria do Suaçuí.

No entanto, a PAS foi encaminhada ao Conselho Municipal de Saúde por meio do ofício SMS/SMS nº 140/2024, somente em 08/02/2024, fora do prazo preconizado pela legislação, e ainda sem resposta do órgão colegiado (CMS) sobre avaliação e aprovação.

A Lei complementar nº 141/2012 em seu art. 36, § 2º esclarece que o prazo para entrega da PAS ao CMS está vinculado ao prazo de apresentação da LDO, devendo preceder a sua apresentação. Na Lei Orgânica Municipal em seu art. 37 § 1º, o prazo fixado para encaminhamento da LDO à Câmara é até o dia 31/05 do respectivo ano, o que caracteriza a não observância do prazo de encaminhamento ao CMS.

Além disso, no Sistema Informatizado DigiSUS a última atualização da PAS 2024 indica a inclusão em 23/12/2023 de documento intitulado Relatório Final de saldos para transposição de acordo com Lei Complementar 171 (Documento integrante da PAS). Não contém o encaminhamento da PAS ao CMS.

Tal fato está em desacordo com Lei Complementar nº 141/2012 art. 36, § 2º; Portaria de Consolidação nº1/2017, Artigo 98, inciso I e Capítulo VII, Seção II, Artigo 435 e Artigo 436, Inciso I, b.

Fonte da Evidência: - Programação Anual de Saúde de SMS 2024.

- Extração de Informações do Sistema Informatizado do DigiSUS disponível em <https://digisusgmp.saude.gov.br/v1.5/transparencia/downloads> acessado em 16/04/2024

- Ofício SMS/SMS nº 140/2024 datado de 08/02/2024.

- Lei Orgânica Municipal

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: O Auditado - SMS Santa Maria do Suaçuí - e as pessoas físicas responsabilizáveis à época dos fatos (N.O.A., I.A.S. e



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



I.M.R.), por meio de Ofício SMS/SMS Nº 482/2024, datado de 18 de setembro de 2024, se manifestaram de forma conjunta:

"Demais contatações: em relação às demais constatações não citadas neste documento, a gestão municipal reconhece as falhas e já se encontra em fase de organização interna para sanar as não conformidades".

Análise da Justificativa: Justificativa não acatada.

Auditado não encaminhou documentação comprovando a regularização das inconformidades detectadas.

Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18 409.219/0001-04

Recomendação: Alimentar de forma adequada o sistema DigiSUS, bem como observar os prazos legais nos trâmites dos instrumentos de gestão do SUS (PMS, PAS, RDQA e RAG), notadamente no encaminhamento ao Conselho Municipal de Saúde, conforme disposto na Lei Complementar nº 141/2012 art. 36, § 2º; Portaria de Consolidação nº1/2017, Artigo 98, inciso I e Capítulo VII, Seção II, Artigo 435 e Artigo 436, Inciso I, b.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18 409.219/0001-04

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 685350

Subgrupo: Relatório de Gestão

Item: Submetido ao Conselho

Constatação: O Relatório Anual de Gestão foi elaborado pela SMS de Santa Maria do Suaçuí no DIGISUS mas não foi encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: Durante a auditoria foi apresentado o RAG 2023, que foi elaborado pela SMS no DIGISUS mas não foi encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde-CMS para avaliação e aprovação conforme preconizado.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 01/2017, artigo 94, §Único, inciso I e artigos 95 e 99 §3º e Capítulo VII, Seção II, artigos 435 e 436, item II, b e Portaria de Consolidação GM/MS nº 04/2017, Anexo III, Capítulo III, artigo 15.

Fonte da Evidência: - Relatório Anual de Gestão/2023 retirado do DIGISUS;

- Termo de Auditoria do dia 19/04/2024;

- Termo de entrevista da Sra. N.O.A., Secretária Municipal de Saúde de Santa Maria do Suaçuí, de 19/04/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: O Auditado - SMS Santa Maria do Suaçuí - e as pessoas físicas responsabilizáveis à época dos fatos (N.O.A., I.A.S. e I.M.R.), por meio de Ofício SMS/SMS Nº 482/2024, datado de 18 de setembro de 2024, se manifestaram de forma conjunta:

"Demais contatações: em relação às demais constatações não citadas neste documento, a gestão municipal reconhece as



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



falhas e já se encontra em fase de organização interna para sanar as não conformidades".

Análise da Justificativa: Justificativa não acatada.

Auditado não encaminhou documentação comprovando a regularização das inconformidades detectadas.

Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18.409.219/0001-04

Recomendação: Observar os prazos legais nos trâmites dos instrumentos de gestão do SUS (PMS, PAS, RDQA e RAG), notadamente no encaminhamento ao Conselho Municipal de Saúde, conforme disposto na Portaria de Consolidação GM/MS nº 01/2017, artigo 94, §Único, inciso I e artigos 95 e 99 §3º e Capítulo VII, Seção II, artigos 435 e 436, item II, b e Portaria de Consolidação GM/MS nº 04/2017, Anexo III, Capítulo III, artigo 15.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18.409.219/0001-04

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 685353

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Prestação de Contas

Constatação: Os Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs) foram elaborados pela SMS de Santa Maria do Suaçuí no DigiSUS, não foram encaminhados ao Conselho Municipal de Saúde-CMS e não foram apresentados à Casa Legislativa Municipal.

Evidência: Durante a auditoria foi apresentado os RDQAs do 1º, 2º e 3º quadrimestres/2023, que foram elaborados pela SMS de Santa Maria do Suaçuí no DIGISUS.

Contudo os instrumentos não foram encaminhados ao Conselho Municipal de Saúde-CMS para apreciação, como também à Câmara Legislativa Municipal para serem apresentados em plenário conforme preconizado.

Ressalta-se que o Conselho Municipal de Saúde não está se reunindo ordinariamente sendo a sua última reunião ocorrida em 10/03/2022.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 01/2017, artigo 94, §Único, Inciso I e artigos 95 e 100 Caput, Capítulo VII, Seção II, artigos 435 e 436, item II, letra a e Lei Complementar nº 141/2012, artigo 36, Caput e §5º e artigo 41.

Fonte da Evidência: - RDQA 1º Quadrimestre/2023;
- RDQA 2º Quadrimestre/2023;
- RDQA 3º Quadrimestre/2023;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- Ata nº 131 do CMS de Santa Maria do Suaçuí datada de 10/03/2022;
- Termo de Auditoria do dia 19/04/2024;
- Termo de entrevista da Sra. N.O.A., Secretária Municipal de Saúde de Santa Maria do Suaçuí, de 19/04/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: O Auditado - SMS Santa Maria do Suaçuí - e as pessoas físicas responsabilizáveis à época dos fatos (N.O.A., I.A.S. e I.M.R.), por meio de Ofício SMS/SMS Nº 482/2024, datado de 18 de setembro de 2024, se manifestaram de forma conjunta:

"Demais contatações: em relação às demais constatações não citadas neste documento, a gestão municipal reconhece as falhas e já se encontra em fase de organização internação para sanar as não conformidades".

Análise da Justificativa: Justificativa não acatada.

Auditado não encaminhou documentação comprovando a regularização das inconformidades detectadas.

Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18.409.219/0001-04

Recomendação: Observar os prazos legais nos trâmites dos instrumentos de gestão do SUS (PMS, PAS, RDQA e RAG), notadamente no encaminhamento ao Conselho Municipal de Saúde, e apresentação na Câmara Legislativa Municipal, conforme disposto na Portaria de Consolidação GM/MS nº 01/2017, artigo 94, §Único, Inciso I e artigos 95 e 100 Caput, Capítulo VII, Seção II, artigos 435 e 436, item II, letra a e Lei Complementar nº 141/2012, artigo 36, Caput e §5º e artigo 41.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO SUACUI	18.409.219/0001-04

VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 19/08/2024

Ofício Nº: 4552024

Data: 19/08/2024

VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 455/2024, datado de 19/08/2024, foi encaminhado o Relatório Preliminar de Auditoria nº. 740 à Secretaria Municipal de Saúde de Santa Maria do Suaçuí, para conhecimento e manifestação, o qual foi recebido em 26/08/2024, conforme Aviso de Recebimento dos Correios BN 021026153 BR.

Foram também encaminhados os Ofícios SES/GAB-AUDSUS nº. 456/2024, nº 457/2024 e nº 458/2024, juntamente com o Relatório



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Preliminar à Sra. N.O.A., ao Sr. I.M.R. e à Sra. I.A.S (pessoas físicas responsabilizáveis à época dos fatos), para conhecimento e manifestação, os quais foram recebidos todos no dia 26/08/2024, conforme Avisos de Recebimento dos Correios BN 021026140 BR, Comprovante de recebimento Digital dos Correios e AR BN 021026122 BR, respectivamente.

Por meio do Ofício SMS/SMS Nº 482/2024 datado de 18 de setembro de 2024, o Auditado - SMS Santa Maria do Suaçuí - e as pessoas físicas responsabilizáveis à época dos fatos (N.O.A., I.A.S. e I.M.R.), apresentaram manifestação em 1ª Instância de forma conjunta, em relação às constatações não conformes registradas no Relatório Preliminar de Auditoria.

O Relatório Final de Auditoria foi elaborado e será encaminhado à pessoa jurídica, bem como às pessoas físicas responsáveis, sendo-lhes assegurados o direito à ampla defesa e contraditório em 2ª instância.

VIII - CONCLUSÃO

A auditoria na Secretaria Municipal de Saúde de Santa Maria do Suaçuí foi realizada de acordo com o Regulamento do Sistema de Auditoria Assistencial da Secretaria de Estado de Saúde, aprovado pela Resolução SES-MG nº 2.906, de 24/08/2011. Transcorridas todas as etapas do processo de auditoria, a equipe concluiu que os objetivos foram alcançados, com a verificação e detecção das seguintes não conformidades:

1) Inconformidades no Componente Municipal de Auditoria (CMA), a saber: A) Inexistência do CMA implantado;

2) Falhas na estruturação e funcionamento do Serviço de Controle, Avaliação e Regulação (SCRA), a saber: A) Inexistência de protocolos de regulação de acesso no município, B) falta de capacitação de forma permanente das equipes das unidades de saúde, pelo SCRA e dos próprios profissionais do SCRA; C) falhas na execução do controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território, D) falhas no controle acerca da referência de seus munícipes a ser realizada em outros municípios, E) falhas em assegurar o acesso à população referenciada por outros municípios de acordo com a PPI, F) deficiências na designação formal e no controle dos autorizadores de AIH, G) deficiências na designação formal da Comissão de Acompanhamento da Contratualização, relativo ao Termo de Colaboração s/nº assinado entre a SMS de Santa Maria do Suaçuí com o Hospital Santa Maria Eterna e falhas na execução do monitoramento do instrumento jurídico assinado, H) inexistência da Comissão Municipal responsável pelo TFD formalmente nomeada pela Gestora de Saúde, I) Irregularidade na concessão de recursos financeiros a título de Ajuda de Custo/Auxílio Financeiro/TFD a pacientes, em desacordo com a legislação vigente, J) falhas em assegurar o acesso público às informações relativas à gestão dos recursos da saúde, K) Ausência da apresentação dos documentos de procedimentos para celebração do Termo de Colaboração firmado com o Hospital Santa Maria Eterna, L) falhas na elaboração e encaminhamento da PAS ao CMS, M) falha no encaminhamento do RAG 2023 ao CMS e N) falhas no encaminhamento e apresentação dos RDQAs ao CMS e Câmara Municipal respectivamente.

O Auditado - SMS Santa Maria do Suaçuí - e as pessoas físicas responsabilizáveis à época dos fatos (N.O.A., I.A.S. e I.M.R.), por meio de Ofício SMS/SMS Nº 482/2024, datado de 18 de setembro de 2024 apresentaram manifestação em 1ª Instância de forma conjunta, com relação às constatações não conformes registradas no Relatório Preliminar de Auditoria. Essa manifestação foi analisada pela equipe responsável pela auditoria, verificando que a SMS procedeu à devolução corrigida monetariamente dos recursos financeiros utilizados indevidamente. No entanto, apesar de, em muitas das constatações não conformes o auditado afirmar a realização em curso de ações para sanar as inconformidades detectadas, não houve apresentação de documentos capazes de demonstrar a eliminação das mesmas.

O presente processo de auditoria continuará em tramitação, garantindo ao auditado o direito de defesa em segunda instância. A Secretaria Municipal de Saúde deve assegurar nos seus atos administrativos a observância aos preceitos legais, com vistas à garantia da qualidade da atenção prestada aos usuários do SUS, notadamente nos campos de recomendações do Relatório Final de Auditoria.

IX - ENCAMINHAMENTOS:

Encaminhamento de Relatório Final de Auditoria nº 740, para conhecimento e manifestação em segunda instância:

1- Ofício de Aplicação de Penalidade à Secretaria Municipal de Saúde de Santa Maria do Suaçuí (pessoa jurídica)

2- Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria à Sra. N.O.A. (pessoa física);

3- Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria ao Sr. I.M.R. (pessoa física);



4- Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria à Sra. I.A.S. (pessoa física).

Após transcorridas todas as fases do processo administrativo, também poderá ser dada ciência dos resultados dessa auditoria, conforme o caso:

1- Ao Conselho Municipal de Saúde de Santa Maria do Suaçuí (CMS-SMS);

2- À Superintendência Regional de Saúde de Governador Valadares (SRS-GV);

3- Ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG).

